

De: Engenharia de Custos

Para: Chefia de Departamento de Arquitetura e Engenharia

Tema: CONTRATAÇÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO DE RAMAL INTERNO DE DISTRIBUIÇÃO DE GÁS EM PEAD PARA O CAMPUS MARÉ – FIOCRUZ/RJ

Informamos que o Orçamento de Referência elaborado para esta contratação, consta de: Planilha de Custos (anexo 5), BDI (anexo 6), Cronograma Físico-Financeiro (anexo 7) e Composição de Custos Unitários (anexo 8), está em consonância com o Decreto nº 7.983 de 08 de abril de 2013, e com a lei nº 12.462/2011, visto que o valor de referência foi obtido através das composições de custos unitários do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI). Para os serviços que demandem tecnologias e/ou equipamentos de considerada complexidade, os valores de referência foram obtidos por propostas recebidas de empresas qualificadas no ramo.

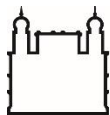
Nas composições que foram inviáveis sua definição de custo através do SINAPI, utilizamos como referência os seguintes bancos de dados: Sistema de Custo de Obras da Prefeitura do Rio de Janeiro (SCO), Sistema de Orçamento de Obras do Sergipe (ORSE), Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro (EMOP-RJ) e Sistema de Boletim de Custos (SBC), porém, nestas composições, substituímos os custos dos insumos pelos do SINAPI.

Portanto, atende aos critérios e regras estabelecidas para elaboração de orçamento de referência de obras e serviços de engenharia, contratados e executados com recursos dos orçamentos da União.

Para efeito de comparação, foram elaborados dois orçamentos, sendo escolhido aquele que atende a Lei 13.161/15, onde os encargos sociais de mão de obra estão desonerados, por ser este o mais vantajoso para a Administração Pública.

Este orçamento estimativo, apresentado pela FIOCRUZ, é meramente referencial, sendo de inteira responsabilidade da licitante toda e qualquer conferência de quantidades de serviços necessários para o cumprimento integral do objeto e do escopo desta licitação. Caso seja verificado a necessidade de alterações, as licitantes deverão consultar por escrito a Comissão de Licitações, em 5 (cinco) dias antes da abertura da licitação, sobre possibilidade de alteração. A consulta será analisada e, caso seja pertinente, a Comissão procederá conforme o disposto no artigo 21, parágrafo 1º, da Lei 8.666/93.

Os preços dos serviços novos acrescidos pôr termo aditivo, embora derivem de prévio acordo entre as partes (art. 65, § 3º da Lei 8.666/93), devem ser parametrizados pelos preços referenciais da Administração vigentes à época da licitação (sistemas oficiais de custos e taxa de BDI do orçamento base), e não pelos preços em vigor à época do aditamento, observando-se ainda a



manutenção do mesmo percentual de desconto entre o valor global do contrato original e o obtido a partir dos preços referenciais à época da licitação. No caso de serviços contratuais que tiverem aumento de seus quantitativos pôr termo aditivo, serão mantidos os valores contratuais. De acordo com o Acórdão 467/2015 e o Decreto nº 7.983/2013.

Informamos também, que será anexado posteriormente ao referido processo a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, relativo à elaboração do orçamento de referência, composições de custos unitários, BDI e Cronograma físico-financeiro da contratação em questão.

Atenciosamente